

Os Kinikinau: Trajetória Histórica e a Reivencção do Artesanato

*Karolinne Sotomayor A. Canazilles**

*Gilberto Luiz Alves***

*Rosemary Matias****

Este estudo possibilita conhecer um pouco da história da etnia Kinikinau e sua trajetória em Mato Grosso do Sul. A discussão caracteriza sua família lingüística e sua organização social. Discorre sobre o processo migratório que envolveu sua saída do Chaco Paraguai para adentrar em território brasileiro, o desaldeamento oriundo de disputas territoriais e responsável pela suposta “extinção” da etnia, até o reagrupamento de seus membros na Reserva Indígena Kadiwéu. Também trata dos aspectos envolvidos na mobilização política dos Kinikinau, associados à reivindicação de etnicidade própria e distinta dos Terena, e como a resistência desse grupo indígena influenciou na busca por tradições esquecidas, que, contraditoriamente, fez surgir um artesanato inovador, no qual impera criatividade derivada da “vontade de diferença”.

1. Introdução

Etnia considerada “extinta” por quase um século, os Kinikinau pertencem à família lingüística Aruak e descendem dos Txané-Guaná, assim como os Terena, Exoaladi – Guaná¹ – e Layana.

[...] o nome Aruák vem de povos que habitavam principalmente as Guianas, região próxima ao norte do

* Mestre, Anhanguera-Uniderp, ksotomayorac@gmail.com

** Doutor, Anhanguera-Uniderp, gilbertoalves9@uol.com.br

*** Doutora, Anhanguera-Uniderp, rosematias@yahoo.com.br

¹ Os Exoaladi, também conhecidos por “Guaná”, provocaram confusões pelos cronistas dos séculos XVII, XVIII e XIX, por coincidir com a denominação do conjunto dos subgrupos Guaná composto pelas etnias indígenas Terena, Layana, Kinikinau e Exoaladi.

Palavras-chave: Resistência indígena; Identidade étnica, Invenção de tradições

This study makes it possible to learn a little about the history of Kinikinau ethnicity and its trajectory in Mato Grosso do Sul. The discussion characterizes their linguistic family and its social organization. Discusses the migration process that involved his departure of Paraguayan Chaco for entering Brazilian territory, the desaldeamento originally from territorial disputes and responsible for the supposed “extinction” of ethnicity, until the reunification

of their Indigenous people Kadiwéu reserve members. Also treats of the aspects involved in the political mobilization of the Kinikinau, associated with the claim of their own ethnicity distinct from Terena, and as the resistance of this indigenous group influenced in the search for forgotten traditions, which, paradoxically, has an innovative craftsmanship, in which reigns criatividade ade derived from the “willingness of difference”.

Keywords: Indian resistance, ethnic identity, Invention of tradition

Brasil e algumas ilhas da América Central, na região das Antilhas [...] Aruák veio a ser usado pelos europeus para identificar um conjunto de línguas encontradas no interior do continente sul-americano.²

As mesmas autoras continuam a caracterização dessa família linguística afirmando que

Todos estes grupos indígenas que falam a língua Aruák têm diferenças entre si, mas possuem uma mesma língua de origem. Além desta proximidade que indica uma origem comum, estes grupos têm semelhanças na forma de sua organização social. Todos esses grupos possuem ou possuíram formas de organização internas características, sendo tradicionalmente agricultores e conhecedores das técnicas de tecelagem e cerâmica³.

De acordo com sua organização social, os membros da sociedade Txané-Guaná se dividiam em três camadas hierárquicas, basicamente compostas por chefes, considerados nobres, soldados, considerados guerreiros, e escravos, conhecidos por cativos. Segundo Azanha e Ladeira⁴,

Os estudiosos dos povos Chaquenhos afirmam que os Chané ou Guaná dispunham de uma base social muito mais sofisticada do que seus vizinhos Mbayá. Estavam estratificados em camadas hierárquicas: os “nobres” ou “capitães” (os naati ou “os que mandam”) e a “plebe” ou “soldados” (Wahêrê-Xané ou “os que obedecem”). [...] Estas camadas são denominadas naati (“gente de

² BITTENCOURT, C. M.; LADEIRA, M. E. *A história do povo Terena*. Brasília: MEC, 2000. 156 p.

³ *Idem*, p.18.

⁴ AZANHA, G.; LADEIRA, M. E. *Povos Indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental. Terena. 2004. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/print>>. Acesso em: 05 ago 2012.

chefes”), wahêrê (“gente que pede” ou “guerreiros”, ou ainda modernamente “soldados”) e cauti (corruptela de “cativo” outrora aplicada a indivíduos de outras etnias capturados nas guerras e incorporados na sociedade (...) como trabalhadores e serviços)⁵.

Oliveira⁶ relata que a maior parte dos cronistas setecentistas e oitocentistas adotou para os grupos Aruák da bacia do Paraguai o designativo Guaná, empregado usualmente na Etnologia. Conforme o mesmo antropólogo, os grupos Guaná teriam migrado para o Brasil em meados do século XVIII e se instalado próximo ao rio Miranda.

Os demais grupos Guaná acima referidos (Terêna, Layana, Kinikinau e Exoaladi) teriam atravessado o rio Paraguai, em ondas sucessivas, a partir da segunda metade do século XVIII, e se instalaram na região banhada pelo rio Miranda, entre os paralelos de 19° e 21° de latitude, onde foram encontrá-los os viajantes do século XIX” [...] Os depoimentos do Padre Sanches Labrador são conclusivos a esse respeito, quando registra os primeiros movimentos migratórios desses índios em direção ao Brasil, entre 1760 e 1767⁷.

Silva⁸ menciona que “os Terena e Laiana (...) construíram suas habitações em Miranda. Os Kinikináo e Guaná, em sua maioria, habitaram Albuquerque. Segundo Castelnau⁹, “Albuquerque, que até 1810 não era mais do que uma fazenda real, guardada por quatro soldados comandados por um cabo, passou a povoação em 1826, e a freguesia em 1833”¹⁰.

Atualmente Albuquerque é um distrito do Município de Corumbá – MS, localizado a 70 Km de distância deste. Região precária, com uma população estimada em 2.000 pessoas, sendo na grande maioria pescadores e pequenos produtores rurais.

⁵ *Idem*.

⁶ OLIVEIRA, R. C. de. *Do índio ao bugre*. São Paulo: Francisco Alves, 1976.

⁷ *Idem*, p. 26.

⁸ SILVA, V. C. da. *Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá*. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2001, p. 5.

⁹ CASTELNAU, F. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1949. v. 2.

¹⁰ *Idem*, p. 243.

De acordo com Souza¹¹, a população dos Kinikinau alcançava mil habitantes¹².

Segundo Max Schmidt “a migração principal de toda a massa da população Guaná - para o Brasil - somente se iniciou na época em que os franciscanos substituíram as missões jesuítas”¹³.

A expulsão dos jesuítas, a ocupação do território pelos camponeses e as guerras intertribais frequentes foram as razões que moveram os quatro grupos Guaná, já referidos, para sair da região nordeste do Chaco Paraguai, transpor o rio Paraguai e ocupar a região sul de Mato Grosso. O Gran Chaco é uma região de aproximadamente 1.280.000 km² e compreende partes dos territórios *_paraguai, boliviano, argentino e brasileiro_*.

O relato de Félix, índio ancião Terena da aldeia Cachoeirinha, reafirma um dos motivos do deslocamento dos Guaná do Êxiva¹⁴ em direção ao Brasil.

Eu tenho a história comigo, história do meu pai. Aqui na Cachoeirinha não havia ninguém... Meu pai é daqui mesmo. O bisavô dele veio do Eêxiwa (região compreendida entre a margem direita do rio Paraguai e a chamada “morraria” de Albuquerque – hoje Corumbá – na margem esquerda do mesmo rio), meu pai contava. Eles tinham sido atacados por outros índios diferentes lá do Eêxiwa. Aí eles vieram de lá, atravessaram o rio Paraguai até Porto Esperança, atrás da morraria... Ficaram um pouco perto de Corumbá e depois fizeram aldeia aqui, em Miranda... Naquele tempo não tinha purutuyé (brancos, portugueses), só mesmo índio Terena, Laiana, Kiquinao, Echoaladi, Caduveo...¹⁵.

Com o deslocamento para o Brasil a partir de 1760, os Kinikinau ocuparam um grande território, na margem oriental do rio Paraguai, próximo a Corumbá e

¹¹ SOUZA, I de. Kinikinau: uma língua à beira da extinção. *Revista Guavira*, Três Lagoas, v.1, n. 8, p. 149-165, 2009. Disponível em: <<http://www.pgletras.ufms.br/revistaguavira/downloads/revguavira008.pdf>>. Acesso em: 24 set 2012.

¹² De acordo com Karl Von den Steinen (Entre os aborígenes do Brasil Central. São Paulo: Dep. de Cultura, 1940, p.694), no Arquivo da Diretoria dos Índios, cap. XIV, as Atas Cuiabana orçavam 800 Kinikinau e mais 200 Kinikinau para 1848, isto é um milheiro. Leverger (Diário do reconhecimento do rio Paraguai desde a cidade de Assunção até o Paraná, 1845. Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, v. 25, p. 222, 1862) também estimou 800 Kinikináu existentes em 1847 (*Apud* OLIVEIRA, R. C. de. *Op. cit.*, p. 29).

¹³ *Apud* OLIVEIRA, R. C. de. *Op. cit.*, p. 26.

¹⁴ Denominação que os Terena usam para o Chaco Paraguai

¹⁵ AZANHA, G.; LADEIRA, M. E. *Op. cit.*

Albuquerque, conhecido por Mato Grande (Figura 1), onde puderam se dedicar à agricultura, estabelecendo, mais tarde, alianças com os luso-brasileiros. A outra região onde os Kinikinau também se instalaram citada por Félix e que fica próxima a Miranda provavelmente é Agachi (Figura 1).

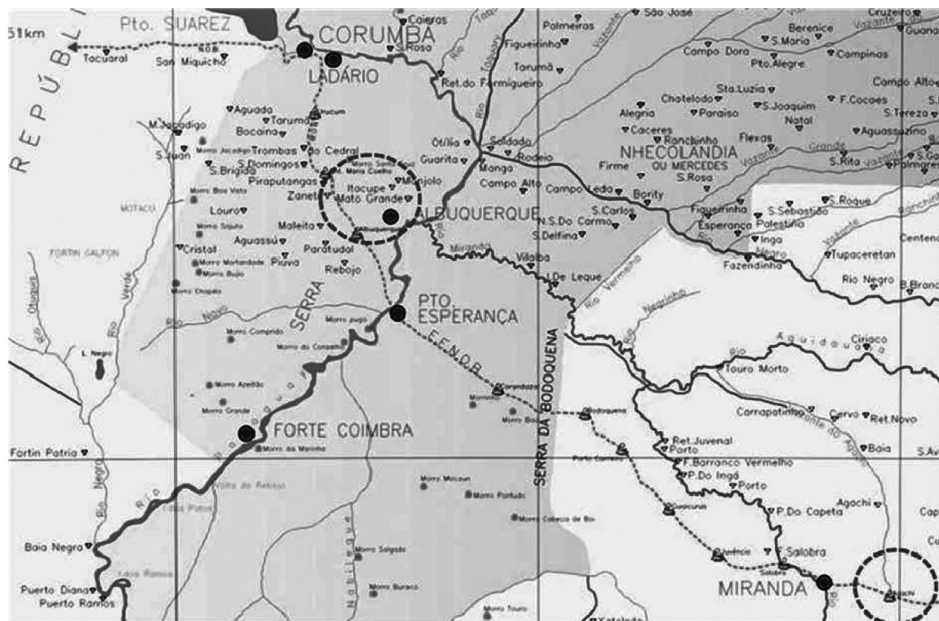


Figura 1: Mapa do município de Corumbá: Mato Grande e Miranda: Agachi

Fonte: <http://www.cpap.embrapa.br/agencia/fazendas/corumba.jpg>

Entre os anos de 1843 a 1847, um viajante francês, chamado Francis de Castelnau, percorreu o Paraguai, a Bolívia, o Peru e o Brasil. Esteve no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Em suas andanças, visitou o aldeamento dos Kinikinau em 1845 e o descreveu:

Três léguas a nordeste de Albuquerque fica a aldeia dos quinquinaus, tribo pertencente à mesma nação dos guanás, porém menos civilizada do que a destes últimos. Esta aldeia fica assente na borda de uma baía formada pelo Paraguai e é bastante grande; é ela rodeada de dois lados por lindas montanhas e disposta em quadrado, como a dos guanás. No meio do largo fica um espaçoso barracão, que serve de sala de conselho.¹⁶

¹⁶ CASTELNAU, F. *Op. cit.*, p. 248.

Castelnau¹⁷, em outra citação, especifica melhor a localização da aldeia, se referindo também à proximidade com o rio Miranda.

Continuamos a subir o Paraguai, passando quase a seguir pela embocadura da Baía Grande, onde fica o aldeamento dos quinquinaus, já por nós referido. Fica este aldeamento três léguas a nordeste de Albuquerque e a igual distância do Paraguai, em linha reta. Depois de navegar mais uma légua e meia, entramos no rio Mondego, chamado pelos índios Mbotetei ou Mbotetin e muitas vezes conhecido por rio Miranda, nome do posto fundado em 1797 na sua margem direita¹⁸.

Em dezembro de 1850, de acordo com Sganzerla¹⁹, Frei Mariano de Bagnaia, destinado a catequizar os índios do Baixo - Paraguai²⁰, embarca para o sul do Brasil e encontra os Guaná.

Depois de 20 dias de viagem pelos rios Cuiabá, Parudos, Paraguai até um pouco abaixo da foz do Taquari cheguei a Albuquerque. Entrei neste deserto, num vale bellissimo; encontrei três tribos de índios: Quinquinaos, Guanás e Tereinas. Aos chefes expliquei o motivo de minha vinda. Logo todos se ergueram de pé e me acolheram amigavelmente²¹.

Esse acolhimento ocorrido pode ter sido facilitado pela relação comercial já existente entre os Guaná e os brasileiros períodos antes, daí a vinda do missionário não causar estranheza entre os grupos indígenas. Castelnau²² afirma que “o aldeamento dos quinquinaus é composto de setecentas ou oitocentas pessoas. Estes índios são muito laboriosos e entretêm com os brasileiros um grande comércio de farinha de mandioca e de arroz. Suas lavouras são extensas e muito bem plantadas”.

Segundo Castro²³, os Chané-Guaná já estabeleciam trocas com outros grupos indígenas e com os europeus em períodos chaquenhos, antes de se deslocarem para o Brasil.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ *Idem*, p. 286.

¹⁹ SGANZERLA A. *A história do Frei Mariano de Bagnaia: O missionário do Pantanal*. Campo Grande: FUCMT, 1992

²⁰ Toda a região de Albuquerque, Miranda, Corumbá e entorno é denominada durante o século XIX, nos documentos oficiais e nas narrativas de expedicionários, como Baixo - Paraguai.

²¹ *Apud* SGANZERLA A. *Op. cit.*, p. 182.

²² CASTELNAU, F. *Op. cit.*, p. 248.

²³ CASTRO, I. Q de. Os Chané-Guaná e os europeus na constituição do Gran Chaco Colonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Simpósio Temático... São Paulo: ANPUH, 2011.

Preferencialmente, os Chané-Guaná do Gran Chaco se relacionaram com outros grupos através de uma extensa rede de trocas que demandaram grandes expedições com destino a outras aldeias, a outras regiões como, por exemplo, a andina e a dos Itatin e, em meados do século XVIII, aos centros provinciais como Assunção e Santa Cruz de la Sierra.[...] Os Chané-Guaná periodicamente se deslocavam para os núcleos coloniais, em direção à Assunção e seus arredores para realizarem trocas ou prestarem serviços temporários, como passaram a fazer a partir de meados do século XVIII. São inúmeros os registros coloniais hispânicos a descreverem as periódicas viagens dos Guaná à Assunção, na época do Chaco. Essa atividade de deslocamentos para realizar trocas ou prestar serviços teve continuidade no território luso-brasileiro, para onde se transferiram na segunda metade do século XVIII²⁴.

Essa diplomacia revela para Castro²⁵ um grande interesse desses grupos étnicos pela ampliação de relações capazes de garantir fontes de bens e de conhecimento da cultura ocidental.

A conduta receptiva dos Guaná ao evento da chegada dos europeus mostra a expectativa de povos que já estavam habituados ao intercâmbio com outros grupos indígenas e que tinham interesse por novas possibilidades de trocas e pela ampliação de relações, que poderiam ser convertidas em alianças proveitosas, como fonte de bens e de conhecimento, capazes de concorrer para a sua sobrevivência, ou aumento de prestígio dos seus líderes. A receptividade Chané-Guaná constatada pelos europeus correspondeu a uma das tendências dos povos Aruák que, historicamente, revelaram um irrefreável interesse pelos objetos e conhecimentos dos ocidentais, como foi comum a muitos outros povos, mostrando como e porque eles se aproximaram, ofereceram seus préstimos e estabeleceram relações com aqueles novos sujeitos e seus objetos ²⁶.

A relação de aliança que os Guaná tinham com os Mbayá-guaicuru, tão comumente citada por estudiosos, afirma esse intercâmbio tribal.

As relações de aliança Guaná-Mbayá estavam alicerçadas no casamento: os chefes Guaná cediam mulheres da sua casta para casar-se com os “maiorais” Mbayá. As relações entre os dois grupos, por essa via, consolidariam ao longo do tempo uma estrutura social complexa: de um lado, um segmento social

²⁴ *Idem*, p. 11.

²⁵ *Idem*.

²⁶ *Idem*, p. 6.

autônomo na posição de fornecedor de mulheres e alimentos; de outro, uma casta guerreira tomadora de mulheres e responsável pela segurança dos grupos locais e supridores de instrumentos de ferro e cavalos²⁷.

Próximo à região de Albuquerque, Frei Mariano implanta o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho e consegue reunir 3.000 índios.

A três léguas de Albuquerque, numa região habitada principalmente pelos Quinquinaos Frei Mariano implanta o aldeamento do Bom Conselho, isto é, de Nossa Senhora do Bom Conselho. Feita a implantação, o Frei Mariano, seja em suas cartas seja em seu Diário documenta o desenrolar desta missão. Em pouco tempo ele consegue reunir 3.000 índios. Não só reunir, mas acima de tudo civilizá-los²⁸.

Inicia então sua catequese com a implantação de benfeitorias. “Em 1851 começa uma escola, cria um centro de artes e ofícios para em 1854 construir uma igreja (...). Organiza também uma banda de música. A escola contava com a frequência de uma centena de índios”²⁹.

Frei Mariano recebe elogios dos presidentes de Província. Em 1850, João José da Costa Pimentel, que segundo Sganzerla³⁰ estava ansioso para que se implantasse entre os Terena de Miranda o que se tem conseguido no Bom Conselho, enaltece o desempenho do religioso nessa Missão.

No Baixo-Paraguai, diversas tribos particularmente das nações Guanás, Guaiurus, existem aldeamentos com um tal qual princípio de civilização, e entretém conosco relações mais ou menos estreitas. Revela fazer aqui muito especial atenção da grande aldeia dos Quinquinaos que habitam o lugar chamado Mato Grande, distante três léguas de Albuquerque. Quando lá visitei há cinco anos, a sua população excedia de 700 almas. A civilização que teve começo a mais de 20 anos continua a progredir e recentemente não pequeno impulso recebeu do zeloso Apostolo Missionário Capuchinho Frei Mariano de Bagnaia [...]³¹.

²⁷ AZANHA, G.; LADEIRA, M. E. *Op. cit.*.

²⁸ SGANZERLA, A. *Op. cit.*, p. 183. Os agrupamentos indígenas desenvolveram elementos culturais complexos, que incluem tanto a arte, como a religião, características da civilização. O fato destes elementos não apresentarem atributos do mundo ocidental não poderá desqualificá-los como tal.

²⁹ *Idem*, p. 183.

³⁰ *Idem*.

³¹ *Apud* SGANZERLA, A. *Op. cit.*, p. 187.

Moutinho³², em visita ao engenho do Barão de Vila Maria em 1862, teve a oportunidade de conhecer o aldeamento “modelo” e o elogiou afirmando que “o aldeamento de mais digna menção na província era o dos *Quiniquinaus*, na Aldeia do Bom Conselho em Albuquerque”. Durante a estadia, o Barão de Vila Maria ofereceu uma grande festa aos hóspedes e decidiu convidar os Kinikinau. Os convidados enalteceram a “civilidade” dos indígenas.

S. Excia, reunindo ali a gente mais grada de Corumbá e Albuquerque, convidou também os *Quiniquinaus*, [...]. Os rapazes formavam uma excelente banda de música, e as raparigas todas, muito bem vestidas e calçadas, dançavam perfeitamente. Formamos com elas uma quadrilha de 16 pares, escolhendo dentre muitas outras as mais moças e bonitas, e que trajavam melhor. Seus vestidos eram de cambraia branca orlada de fitas azuis ou cor-de-rosa, com cintos da mesma cor do enfeite, e tinham na cabeça grinaldas de flores naturais muito bem dispostas. Ficamos pasmos das circunspeção e moralidades dessas raparigas, algumas das quais de tipo belíssimo. Acabando de dançar, sentavam-se todas, não se negando a uma conversa séria que entretinham muito bem³³.

Pode-se notar que o contato de Frei Mariano com os Kinikinau impactou diretamente nos elementos da cultura e maneira de viver dessa etnia. Sganzerla³⁴ descreve os dizeres do Frei reprovando o modo de vida do grupo, quando recém se instalou no Sul de Mato Grosso.

Ao ver aquela multidão de homens e mulheres nus, com pele pintada com várias cores a maior parte pretos como carvão; andava eu pensando: [...] Como conseguir eliminar a conduta pagã fortemente arraigada no coração desses índios? Como convencê-los de que devem andar vestidos? Como movimentar essa gente parada, contrária ao trabalho?³⁵

Para Souza³⁶,

[...] influência que teve impacto sobre a cultura dos Kinikinau foi o contato sistêmico e prolongado com frei Mariano de Bagnaia, “protetor” dos Kinikinau,

³² MOUTINHO, J. F. *Notícia sobre a província de Matto Grosso*: seguida d’um roteiro da viagem da sua capital a’ S. Paulo. São Paulo: Typografia de Henrique Schroeder, 1869. p. 135. Disponível em: < http://books.google.com.br/books/about/Noticia_sobre_a_provincia_de_Matto_Gross.html?id=8yAQAQAIAAJ&redir_esc=y >. Acesso em: 21 set. 2012

³³ *Idem*, p. 136.

³⁴ SGANZERLA, A. *Op. cit.*

³⁵ *Idem*, p. 237.

³⁶ SOUZA, I de. *Índios Kinikinau*: aspectos etnolinguísticos. Revista Tellus, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 103-133, out. 2007.

no século XIX. Segundo Taunay (1930), o referido frei construiu uma escola e colocou todas as crianças para estudar. Ensinava-lhes a ler, escrever, dava aulas de música e de catecismo, impondo a eles a cultura e a língua do dominante³⁷.

Segundo Sganzerla³⁸, Frei Mariano de Bagnaia administrou o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho por aproximadamente dez anos.

São três os períodos de ação do Frei Mariano de Bagnaia entre os índios. O primeiro situa-se na região de Albuquerque, mais concreto no Mato Grande onde funda e dirige o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho de 1849 a 1859. O segundo desenvolverá na vila de Miranda de 1859 a 1864. E o terceiro período que foi em Campos Novos Paulista, São Paulo, nos últimos anos de sua vida³⁹.

Se com a influência do Frei Bagnaia os elementos da cultura Kinikinau estavam ameaçados, outro episódio significativo afetaria ainda mais a vida dessa e de outras etnias indígenas: A Guerra do Paraguai. Ocorrida entre 1864 e 1870, Taunay⁴⁰ afirma que os três subgrupos Guaná tiveram participação no conflito. A descrição de Pacalalá, um índio Kinikinau, dada pelo cronista, reafirma a participação dessa etnia na guerra.

Assim estava Pacalalá naturalmente indicado para assumir a chefia de sua gente numa emergência grave como a que decorreria da invasão paraguaia. E os acontecimentos justificaram plenamente a confiança depositada em sua inteligência, coragem e espírito de energia e decisão⁴¹.

Diversos grupos indígenas aliaram-se aos brasileiros durante essa guerra a fim de preservar seu território. Ribeiro⁴² evidencia que as aldeias junto ao Paraguai e às regiões próximas ao rio Miranda foram palcos da conflagração.

Notícias da primeira metade do século XIX indicam que alguns grupos (Guaná) foram aldeados junto ao Paraguai; outros, mais a leste, no rio Miranda,

³⁷ *Idem*, p. 118.

³⁸ SGANZERLA, A. *Op. cit.*

³⁹ *Idem*, p. 284.

⁴⁰ TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: IPE, 1948.

⁴¹ _____. *Entre nossos índios: Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurus, Caingangs*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1940, p. 30.

⁴² RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes Ltda, 1986.

viram-se envolvidos na guerra entre brasileiros e paraguaios e tiveram suas aldeias invadidas⁴³.

Os Kinikinau e outras etnias, além de participarem do conflito ao lado do exército brasileiro, serviram como guias das tropas por conhecerem bem a região. Em uma empreitada, buscaram refúgio nas serras de Maracajú, em conjunto com tropas luso-brasileiras.

[...] guanás, kinikináus e layanos ultimamente se uniram com a população fugitiva (de Miranda, rumo à Serra de Maracaju); [...] Foram os kinikináus os primeiros que subiram a serra do Maracaju, pelo lado aliás mais íngreme e se estabeleceram na belíssima chapada que coroa aquela serra⁴⁴.

Para a subsistência própria e dos refugiados, cultivaram e forneceram alimentos provenientes de sua agricultura.

Taunay relata que os Kinikinau e os Guaná (Exoaladi) logo começaram a plantar, a produzir alimentos e criar galinhas, colaborando com o abastecimento local, enquanto durou a guerra. O autor acrescenta ainda que o chefe dos Kinikinau, um jovem destemido e valente, chamado Pacalalá, era hábil em descer a serra e buscar o gado que ficara vagando pelos campos, depois da fuga em massa da população. Numa dessas perigosas aventuras, o jovem capitão Kinikinau foi surpreendido pelos paraguaios e morto⁴⁵.

Durante o refúgio, Taunay se refere aos meses que passou na Serra de Maracajú como época alegre e despreocupada em que vivia na íntima convivência dos muitos índios Terena, Kinikinau, Laiana e Guaná.

Boa temporada a dos Morros! De esplêndidos pastos e espaçoso descanso fartou-se o meu bicharoco⁴⁶; [...] Os Morros! Que época alegre e despreocupada da minha vida! Que período de existência original e divertido! Muitos meses lá passei naquele planalto umbroso da serra de Maracaju, [...]. Sentia-me de-veras feliz no seio daquela esplêndida natureza, debaixo daquelas gigantescas árvores ou à beira de puríssimas águas correntes e na íntima convivência dos muitos índios terenas, quinquinaus, laianas e guanás que nos cercavam⁴⁷.

⁴³ *Idem*, p. 83-84.

⁴⁴ TAUNAY, A. E. Memórias..., *Op. cit.*, p. 268.

⁴⁵ SOUZA, I. de. Kinikinau... 2009, *Op. cit.*, p. 156.

⁴⁶ Taunay se referindo ao burro chamado 'Paissandu' que comprou de um sujeito vestido à mineira no valor de 140 mil réis para poder prosseguir viagem ao Mato Grosso, depois de terem lhe furtado 'Dona Branca', seu cavalo (p. 287-291).

⁴⁷ TAUNAY, A. E. *A Retirada da Laguna*: episódio da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia

Após a Guerra, os Kinikinau decidiram voltar para suas aldeias destruídas durante os combates e, para surpresa desse grupo e de outras etnias indígenas, a maior parte de suas terras estava ocupada por “novos proprietários”, dentre os quais oficiais desmobilizados do Exército Brasileiro, comerciantes e fazendeiros. Essa guerra, portanto, significou a perda de grande extensão do território indígena. Para Ribeiro⁴⁸,

Findas as hostilidades, voltaram a instalar-se nos antigos locais e entraram em competição com os criadores de gado que, nesse período, começavam a ocupar a região. A maior parte dos grupos Guaná – entre eles os Kinikináo e os Layâna – perdeu suas terras, sendo compelidos a trabalhar para os que delas se apossaram, ou a se dispersar.

A Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850, foi um dos instrumentos que facilitou a retenção das áreas indígenas para esses “novos proprietários”. Com o intuito de inibir a propriedade da terra através da simples apropriação pela posse - devido aos primeiros sinais da abolição e iminente imigração – o governo pôde, através dessa lei, garantir os interesses dos grandes proprietários.

Os que já estavam nas áreas indígenas, incluindo invasores e posseiros, receberam o título de proprietários. As terras ainda não ocupadas, ou seja, devolutas, passavam a ser propriedade do Estado e só poderiam ser adquiridas por meio de leilões. As pesquisadoras Bittencourt e Ladeira⁴⁹ afirmam que grande parte das terras indígenas foram incorporadas pelo governo.

A Lei de Terras (...) autorizava o governo a vender, por leilão, as terras devolutas, isto é, terras que não possuíam registro de propriedade. Apenas um mês depois da aprovação da Lei de Terras, o Ministério do Império mandava incorporar como terras devolutas as terras dos índios que já não viviam em aldeamentos⁵⁰.

Atualmente, das etnias do Mato Grosso do Sul que possuem áreas demarcadas pelo governo estão as Terena, Kadiwéu, Guarani, Guató e Ofayé. Os índios dessas etnias não ocupam todos os territórios de origem porque grande parte dessas terras ainda está ocupada por particulares, que disputam a posse na Justiça⁵¹.

das Letras, 1997, p. 294-296.

⁴⁸ RIBEIRO, D. *Op. cit.*, p.84.

⁴⁹ BITTENCOURT, C.M.; LADEIRA, M. E. *Op. cit.*

⁵⁰ *Idem*, p. 75.

⁵¹ VITORINO, P. Polícia Federal retira Kadiwéus de fazenda em porto murtinho. *Campo Grande*

Dentre as etnias “estrangeiras” podemos considerar os Atikum e os Kamba. Os Atikum, etnia oriunda do sertão de Pernambuco e que possui terras demarcadas lá, chegaram ao Mato Grosso do Sul em 1980. Hoje vivem em território indígena Terena no município de Nioaque⁵². Já os Kamba, oriundos da Bolívia, chegaram ao Mato Grosso do Sul a partir da segunda metade do século XX e vivem atualmente na periferia de Corumbá⁵³. Essas duas etnias ainda não possuem terras regulamentadas no estado.

Os Kinikinau, segundo José da Silva e Souza⁵⁴, “além de não possuírem terras demarcadas, não são reconhecidos pelo órgão indigenista oficial brasileiro e os poucos livros que se referem a eles os tratam como um grupo do passado e, portanto, *extinto*”⁵⁵.

Atualmente, sua maioria está concentrada na Aldeia São João, localizada dentro da Reserva Indígena Kadiwéu. De acordo com José da Silva e Souza⁵⁶, “Há notícias de membros desse grupo residindo também em aldeias dos Terena, nos municípios de Miranda (Cachoeirinha e Lalima) e Nioaque (Brejão)”⁵⁷.

[...] Como vivemos em terra alheia, sempre ameaçados por algumas famílias de outra etnia, não queremos mais esta vida sem liberdade. Por isso, pedimos a volta para o nosso território de origem Kinikinau, onde possamos viver em liberdade, garantindo um futuro mais feliz para as nossas crianças, para que não esqueçamos nossas tradições e que todos nos reconheçam e nos respeitem como povo Kinikinau⁵⁸.

News. Campo Grande, 02 nov. 2012. Disponível em: < <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/policia-federal-retira-kadiweus-de-fazenda-em-porto-murtinho>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

⁵² SILVA, G. José da. *Além do que os olhos vêem: reflexões sobre etnia, etnicidade e identidade étnica - os índios Atikum em Mato Grosso do Sul*. Revista Tellus, Campo Grande, v. 3, n. 5, 2003.

⁵³ SILVA, José da G. *Identidade, etnicidade, globalização e populações indígenas em fronteiras: a presença Kamba em Corumbá-MS (1945-1987)*. História Revista, Goiás, v. 10, n. 2, 2005.

⁵⁴ SILVA, G. José da. ; SOUZA, J. L. de. *O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul*. Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 6, n. 2, 2003.

⁵⁵ *Idem*, p. 154.

⁵⁶ *Idem*.

⁵⁷ *Idem*, p. 152.

⁵⁸ SEMINÁRIO POVOS RESISTENTES: a presença indígena em MS, 1., 2003. Corumbá, MS.

A partir da segunda metade do século XX, muitos antropólogos e indigenistas (MASON; RIBEIRO⁵⁹; OLIVEIRA⁶⁰; TOVAR e TOVAR⁶¹ *apud* SOUZA⁶²) consideraram a etnia Kinikinau “extinta”. Isto porque, após a Guerra do Paraguai, os Kinikinau foram expulsos de suas terras de origem e se dispersaram.

Dentre as inúmeras tribos ou subtribos a desaparecerem ainda no presente século (XX), podemos apontar os Kinikináu (Guanã) e os Ofaié-Xavante. Os primeiros mantinham ainda uma aldeia, junto ao rio Agaxi, de onde se dispersaram, expulsos de suas terras por um civilizado que as teria comprado do estado do Mato Grosso; seus remanescentes são encontrados hoje em algumas aldeias Terena⁶³.

O ancião Leôncio Anastácio, mais antigo Kinikinau da aldeia São João, no final de 2003 concedeu entrevista ao biólogo Kinikinau Rosaldo de Albuquerque Souza, esclarecendo que, em 1940, após inúmeras perseguições por parte de fazendeiros, posseiros e invasores, o SPI - Serviço de Proteção aos Índios – levou os Kinikinau para a Reserva Indígena Kadiwéu. Na entrevista, Leôncio dizia:

[...] Após a Guerra do Paraguai, os índios Terena e Kinikinawa, além de outros, sofreram sérias perseguições por parte de fazendeiros, posseiros e invasores. O grupo dos Kinikinawa foi disperso, mas algumas famílias estabeleceram-se em Agachi, próximo à Miranda. Os invasores de terra novamente os perseguiram, obrigando-os a procurar outro lugar. Ficaram sabendo que no local chamado Corvelo havia terras devolutas e para lá partiram. Nesse tempo, já estavam recebendo orientações de um chefe do SPI, conhecido como Nicolau Horta Barbosa. Chegando ao Corvelo, fizeram suas casas, a terra era boa, então começaram a plantar, mas não demorou muito para aparecer um suposto “dono das terras”. O grupo comunicou o fato ao SPI e este o orientou a procurar o campo dos Kadiwéu. Foi o que os homens fizeram. No dia 13 de junho de 1940, duas famílias chegaram à aldeia de São João, que na época era desabitada. O Coronel Nicolau os acompanhou e determinou onde deveriam construir suas casas. O transporte que usavam era o carretão, uma espécie de carro de

⁵⁹ RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1986.

⁶⁰ OLIVEIRA, R. C. de. *Op. cit.*

⁶¹ TOVAR, A., TOVAR, C. L. *Catálogo de las lenguas de América del Sur: con clasificaciones, indicaciones tipológicas, bibliografía y mapas*. Madrid: Editorial Gredos, 1984.

⁶² SOUZA, I. de. Kinikinau..., *Op. cit.*

⁶³ OLIVEIRA, R. C. de. *Op. cit.*, p.27.

boi com rodas e eixo de madeira. O grupo que chegou à aldeia era de aproximadamente doze pessoas⁶⁴.

Souza⁶⁵ afirma que os Kinikinau teriam estabelecido relações intersocietárias com os Kadiwéu, que exigiam daqueles, por serem agricultores, tributos em troca de proteção e da permanência em seu território. Essa afirmação se dá com base na dissertação de mestrado do antropólogo Siqueira Júnior⁶⁶:

[...] Esses Terenas, vem sendo aliado com os Kadiwéu, sempre vivendo subordinado, os Kinikinau subordinados aos Kadiwéu. Não podia fugir porque eles tinham uma tarefa a fazer com ele, então trouxeram eles. Eles escolheram um lugar como de agricultura e coisa e tal. O único, o recurso mais próximo que eles mesmo acharam de tocar um recurso de agricultura, no caso, uma lavourinha que eles fazem, é aqui para o lado do PI São João, porque fica perto de Três Morros, que existia primeiro bolixo que eles se mantinha daquele lugar. Então eles, os patrícios disseram: - Então vocês ficam aqui [...] aqui é o canto da nossa área, aqui qualquer coisa, qualquer irregularidade que vocês vê, procuram nos localizar, nos avisar o que está acontecendo. Agora vocês têm obrigação, planta milho, arroz, feijão, tudo o que se dá aqui vocês planta, e nós vamos comercializar entre nós mesmos, lá pelo rio Paraguai, por aí, tudo o que nós conseguir nós entrega aqui, nós não temos como negociar [...] Nós vamos negociando, isso aí, vocês ficam como vigilante nosso, como ponto de segurança nosso. Aí toparam, onde existe o PI São João⁶⁷.

Souza⁶⁸ ainda afirma que a extinção dos Kinikinau teve concessão do poder público, gerando, como consequência, a impossibilidade da etnia de se pronunciar diante de suas necessidades.

[...] A expulsão das terras tradicionais fez com que os Koinukonoen, ao vagarem por terras alheias, fugissem dos “civilizados”, fato observado em muitas

⁶⁴ SOUZA, R. de Albuquerque. Leôncio Anastácio e a Chegada dos Kinikinawa à aldeia São João em Porto Murtinho: Entrevista concedida na aldeia São João. Porto Murtinho, MS. 2003.

⁶⁵ SOUZA, J. L. de. O lugar Kinikinau: a trajetória dos Koinukonoen, em Mato Grosso do Sul, na perspectiva da Geografia Cultural. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL - Patrimônio Histórico e Cultural: Identidade e Poder, 7., 2004, Campo Grande. Anais...Campo Grande: ANPUH-MS/ UCDB, 2004.

⁶⁶ SIQUEIRA JR. J. G. *Esse campo custou o sangue dos nossos avós: a construção do tempo e espaço Kadiwéu*. 1993. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

⁶⁷ *Idem*, p. 130-131.

⁶⁸ SOUZA, J. L. de. O lugar..., *op. cit.*

sociedades indígenas. Tal situação se assemelhou a uma investida contra os Koinukonoen, cujas consequências foram os silêncios que tornaram impronunciáveis as necessidades e as aspirações desse grupo. Sob a égide dos valores universais e a concessão do poder público vigente à época foi de fato imposto uma exterminação de populações indígenas inteiras, a dos Koinukonoen foi uma delas⁶⁹.

Por causa dessa “exterminação” dos Kinikinau e por terem “ficado ocultos em meio ao grupo majoritário Terena, (...), foram pouco mencionados em livros e documentos (...). Tornou-se natural referir-se a eles como um sub-grupo Terena, (...)”⁷⁰

Órgãos indigenistas, como a Funai (Fundação Nacional do Índio), deixaram de registrar nascimentos de crianças dessa etnia e os Kinikinau foram convencidos a se registrarem como Terena:

[...] foi negada aos Koinukonoen pelo próprio órgão indigenista, primeiramente o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e depois a Funai, a possibilidade de se identificarem como Kinikinau, pois eram obrigados pelos chefes de posto a se registrarem como Terena. Dessa forma, identificar-se como Terena representou, durante muito tempo, uma das estratégias utilizadas pelo grupo Kinikinau para sobreviver a toda sorte de perseguições a que foi submetido⁷¹.

Segundo Albuquerque Souza⁷², os Kinikinau “ressurgiram” em 1997, quando a Prefeitura de Porto Murtinho, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, iniciou um trabalho de Educação Escolar na Reserva Indígena Kadiwéu com a perspectiva da implantação de escolas que atendessem às necessidades de cada aldeia.

Na aldeia São João, entre 1997 e 1999 foram realizadas reuniões e debates sobre a escola que os índios desejavam, verificando-se que a maioria rejeitava um tratamento igual aquele oferecido aos Kadiwéu. Isso levou a se pensar, então, em uma escola que atendesse a índios Terena, o que também foi rejeitado pelo grupo. Evidente que

⁶⁹ *Idem*, p. 2.

⁷⁰ SILVA, G. José da; SOUZA, J. L. *Op. cit.*, p. 150-151.

⁷¹ SILVA, G. José da. Ressurgidos, emergentes, resistentes: reflexões sobre as presenças indígenas Atikum, Kamba e Kinikinau em Mato Grosso do Sul. In: SEMANA DE HISTÓRIA, 5., 2007, Três Lagoas. Anais... Três Lagoas: UFMS, 2007, p. 87.

⁷² SOUZA, R. de Albuquerque. O Povo Kinikinau e sua trajetória ao ensino superior. In: SEMINÁRIO POVOS INDÍGENAS E SUSTENTABILIDADE: SABERES LOCAIS, EDUCAÇÃO E AUTONOMIA, 3., 2009, Campo Grande. Resumos. Campo Grande: UCDB, 2009.

esse fato causou muita estranheza e, ainda que timidamente, os Kinikinau começaram a expressar a partir desse episódio, uma identidade étnica distinta⁷³.

O antropólogo Giovani José da Silva e o sociólogo José Luiz de Souza fizeram parte no trabalho de revitalização deste grupo indígena. Segundo eles:

Os Kinikinau, assim como membros de outras sociedades indígenas do Brasil de hoje, não desejam ser chamados de ressurgidos, pois entendem que a conotação seja pejorativa e pouco explicativa da situação histórica a que foram submetidos. Preferem, por essa razão, a expressão “resistentes”⁷⁴

Conforme Souza⁷⁵, na década de 1990 os Kinikinau decidiram entrar em contato com os órgãos competentes para exigir o reconhecimento de sua identidade. José da Silva⁷⁶ também afirma o mesmo, citando que “no final de 1990 os Kinikinawa iniciaram uma intensa mobilização política, ainda em curso, reivindicando uma etnicidade própria e distinta dos indígenas Terena, com quem foram confundidos durante muito tempo”.

Atualmente, são 250 indivíduos que vivem na Aldeia São João, dentro da Reserva Indígena (RI) Kadiwéu⁷⁷. Hoje, possuem reconhecimento de sua etnia pela Funai, constatado em seus próprios registros de identidade, porém, ainda não possuem território.

Na entrevista feita com o Sr Ambrósio Góis, índio Kinikinau, Carlito⁷⁸ descreve a carteira de identidade do indígena. Nota-se que Ambrósio possuía 51 anos de idade quando da data de expedição de sua carteira no ano de 2000.

⁷³ *Idem*, p. 3.

⁷⁴ SILVA, G. José da; SOUZA, J. I. de. *Op. cit.*, p. 155.

⁷⁵ SOUZA, I de. *Koenuknoe Emo'u: a língua dos índios Kinikinau*. 2008. 196 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

⁷⁶ SILVA, G. José da. *Ressurgidos...*, *Op. cit.*, p. 86.

⁷⁷ SILVA, G. José da ; SOUZA, J. L. de. *Povos Indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental. Kinikinau. 2005. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kinikinau/print>>. Acesso em: 24 set 2012.

⁷⁸ CARLITO, M. P. *Transcrição de trechos do diário de bordo da 2ª Expedição Guaicuru ao Sudoeste de MS: Entrevista concedida na aldeia São João*. Porto Murtinho, MS. 2002. Disponível em : <<http://www.overmundo.com.br/overblog/entrevista-com-os-ex-extintos-kinikinawa-parte-1>>. Acesso em: 10 nov 2011.

Entre outras coisas, o senhor Ambrósio nos contou que era evangélico e que possuía carteira de identidade na qual constavam os seguintes dados: Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio/Administração Executiva Regional - Campo Grande/MS, Lei nº6001/73 - Estatuto do Índio; Nome: “Ambrósio Góis”; Identidade: nº 013.758/FUNAI; Aldeado em: PIN São João - MS; Expedida em 10/01/2000; Filiação: Emílio Góis e Aureliana Marques; Nascido em 07/12/1949; Local: Aldeia São João/Porto Murtinho/MS; Cútiis: Morena; Nação: Kinikinawa; Sexo: Masculino; com assinatura do portador e da Administração Regional/FUNAI-MS⁷⁹.

Em 2003, ocorreram dois eventos onde foi manifestada a existência dos Kinikinau: O ‘I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial’ realizado em Olinda-PE, entre os dias 15 e 19 de maio, e o ‘Seminário dos Povos Resistentes: A presença indígena em Mato Grosso do Sul’, realizado em Corumbá-MS, entre os dias 10 e 12 de dezembro.

Segundo José da Silva e Souza⁸⁰, “Nesses encontros, o professor indígena e ex-policial militar (Inácio Roberto) falou sobre a difícil luta que os Kinikinau têm travado para serem conhecidos e oficialmente reconhecidos pelo Estado brasileiro”.

Em 2004, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, organizou o ‘Seminário Povo Kinikinau: Persistindo a Resistência’ na cidade de Bonito, entre os dias 16 e 18 de junho⁸¹. Compareceram cerca de quarenta indígenas Kinikinau que “puderam debater sobre a situação atual em que vivem e elaboraram um documento, a *Carta de Bonito* (Figura 2), em que exigem, dentre outras reivindicações, reconhecimento oficial da existência da etnia por parte do Estado Brasileiro”⁸².

⁷⁹ *Idem*.

⁸⁰ SILVA, G. José da; SOUZA, J. L. de. Povos..., *Op. cit.*

⁸¹ VILHALVA, S. Kinikinau: Valorizando a História e a Pedagogia de um Povo. In SEMINÁRIO POVO KINIKINAU: PERSISTINDO A RESISTÊNCIA, 1., 2004, Bonito. *Anais eletrônicos...* Bonito: Arara Azul, 2004. Disponível em: < <http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=57> >. Acesso em: 18 mar 2012.

⁸² SILVA, G. José da; SOUZA, J. L. de. Povos..., *Op. cit.*

CARTA DE BONITO

Aos dezesseis, dezessete e dezoito dias do mês de junho de 2004, no Hotel Pousada Águas de Bonito, no município de Bonito, MS, por promoção da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), com recursos do Programa Fome Zero, reuniram-se membros da sociedade indígena KINIKINAU, o antropólogo Giovanni José da Silva (Unesco/UFMS), o sociólogo Jose Luiz de Souza (UFMG/Capes), as linguistas Ilda de Souza (Unicamp) e Valéria Guimarães (UFMS), o diretor do Campus de Três Lagoas (UFMS) Dr. Dercir Pedro de Oliveira, sob a coordenação da Professora Miriam Moreira Alves (técnica da SED/MS) para participarem do *Seminário Povo Kinikinau: persistindo a resistência*, com os seguintes objetivos:

1. Exigir o reconhecimento oficial do Estado brasileiro da etnia KINIKINAU e o direito desta etnia às terras tradicionais, historicamente ocupadas pelo grupo;
2. Requerer o início dos processos de identificação e delimitação das terras tradicionais;
3. Estabelecer que o etnônimo do grupo passa a ser KINIKINAU, com base em documentação histórica;
4. Reconhecer o direito das famílias KINIKINAU, residentes em outras localidades, além da aldeia São João, às terras tradicionais

Bonito, 18 de junho de 2004.

Ronaldo de Albuquerque Souza
Margarida Maria de Souza
Sônia Maria Codorniz Costa
Valéria Guimarães
Giovanni José da Silva
Jose Luiz de Souza
Ilda de Souza
Valéria Guimarães
Dercir Pedro de Oliveira
Miriam Moreira Alves
Shirley Vilhalva
Alcery Marques Gabriel
Wanderley Dias Cardoso
Selma Viviane Benedita Rodrigues
Sônia Maria Codorniz Costa
Nilza Catalina Silva
Iara Quêlho de Castro
Selma Viviane Benedita Rodrigues

Em tempo, registramos que estiveram presentes também ao Seminário Shirley Vilhalva (SED/MS), Alcery Marques Gabriel (SED/MS), Wanderley Dias Cardoso (SETASS/Programa Fome Zero), Olívia Valdez Silveira (SED/MS), Sônia Maria Codorniz Costa (Sec. Mun. de Educação de Porto Murtinho), Nilza Catalina Silva (Sec. Mun. de Educação de Porto Murtinho), Iara Quêlho de Castro (UNICAMP) e Selma Viviane Benedita Rodrigues (Sec. Mun. de Bonito).

Figura 2: Carta de Bonito elaborada no Seminário Povo Kinikinau: Persistindo a Resistência.

Fonte: <http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=57>

Os objetivos descritos na *Carta de Bonito* foram: 1) Exigir o reconhecimento oficial do Estado brasileiro da etnia KINIKINAU e o direito desta etnia às terras tradicionais, historicamente ocupadas pelo grupo; 2) Requerer o início dos processos de identificação e delimitação das terras tradicionais; 3) Estabelecer que o etnônimo do grupo passe a ser Kinikinau, com base em documentação histórica; 4) Reconhecer o direito das famílias KINIKINAU, residentes em outras localidades, além da aldeia São João, às terras tradicionais.

“Dados como “extintos” por antropólogos e indigenistas, dispersos por diferentes aldeias Kadiwéu e Terena, buscam hoje retomar seu território tradicional,

localizado entre os atuais municípios de Aquidauana, Miranda e Corumbá⁸³. Atualmente, uma parte do grupo se deslocou para Miranda em busca de suas terras tradicionais,

Os Kinikinau estão preocupados com o futuro, pois já não são apenas 12 pessoas, como afirmara o ancião Leôncio Anastácio, quando da chegada dos ‘pioneiros’, em 1940. É provável que a população acompanhará o ritmo crescente observado em muitos outros grupos indígenas, necessitando de mais terras para sobreviver física e culturalmente. Entretanto, o desejo que se torna imperioso entre eles é o de regressarem para casa, para um lugar Kinikinau, onde possam reconstruir a memória do grupo, institucionalizar o espaço através dos ritos e dos mitos, assegurando, dessa forma, a continuidade da presença histórica Kinikinau⁸⁴.

O desejo pelo território tradicional é nada além de um direito que a Constituição Brasileira prevê por meio do Art.231:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens⁸⁵.

Apesar de terem sido acolhidos nas terras dos Kadiwéu e estarem bem “próximos cultural e lingüísticamente dos Terena”⁸⁶, os Kinikinau desejam reconhecimento. Querem se auto-afirmar, nem que precisem se reinventar.

O fato é que estão dispostos a reverter o quadro e lutar pela reafirmação de sua identidade. (...) Mostravam-se entusiasmados com a perspectiva de um fortalecimento cultural que os levasse a uma existência digna, sem a perda de sua referência nativa. Como disse um Kinikinawa: “nem que seja preciso a gente inventar nossa tradição”⁸⁷.

⁸³ SILVA, G. José da; SOUZA, J. L. O despertar..., *Op. cit.*

⁸⁴ JOSÉ DA SILVA, G. José da; SOUZA, J. L. de. *História, etnicidade e cultura em fronteiras: os Kinikinau em Mato Grosso do Sul*. In: ROCHA, L. M.; BAINES, S. G. *Fronteiras e espaços interculturais*. Goiânia: UCG, 2008, p. 33.

⁸⁵ BRASIL. *Constituição (1988)*. Título VIII – Da Ordem Social. Capítulo VIII – Dos índios. Art. 231. *Lex*: Secretaria especial de editoração e publicações. Subsecretaria de edições técnicas, Brasília, p. 37. 2010. Disponível em: < http://www.senado.gov.br/legislacao/const/ con1988/ CON1988_05.10.1988/CN1988.pdf>. Acesso em: 24 set 2012.

⁸⁶ SOUZA, I. de. *Kinikinau...*, *Op. cit.*

⁸⁷ CARLITO, M. P. *Op. cit.*

“Um dos sinais diacríticos utilizados pelo grupo para se auto-afirmar Koinukonoen (autodenominação) é a produção de cerâmica (Figura 3), nitidamente inspirada na conhecida cerâmica Kadiwéu”⁸⁸. O artesanato Kinikinau estabelece, então, um contraponto inicial de fortalecimento cultural.

Desde cedo os indivíduos se habituem a ver e a desenhar padrões convencionais, a produzir artefatos peculiares a cada tribo, familiarizando-se com essas imagens que passam a ser a forma de exprimirem seu modo de ser, sua personalidade cultural. Neste sentido, a arte, tal como a língua, as crenças, as narrativas míticas e outros elementos da cultura vem a ser um mecanismo ideológico que reforça a etnicidade e, em consequência, a resistência à dissolução da etnia⁸⁹.

Os artesãos inventam uma nova “antiga tradição”. Muitos de seus produtos artesanais, concebidos pelas mulheres e homens dessa etnia, apresentam atributos inéditos. Apesar da produção de cerâmica dar continuidade a uma antiga tradição Guaná, suas ornamentações apresentam características não inerentes às expressões culturais de seu passado, mas manifestadas na atualidade pelo que José da Silva e Souza denominam de “vontade de diferença”⁹⁰.



Figura 3: Casa do Artesão: Cerâmica Kinikinau. Campo Grande - MS.

Fonte: <http://picasaweb.google.com/lh/photo/sfKoVyklTnR8xtZjVN-tDg>

⁸⁸ SILVA, G. José da. Ressurgidos..., *Op. cit.*, p. 86.

⁸⁹ RIBEIRO, B. G. *Arte indígena, linguagem visual*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP. 1989, p. 32-33.

⁹⁰ SILVA, G. José da; SOUZA, J. L. *História...*, *Op. cit.*, p. 30.

Essa “vontade de diferença” deriva da situação de invisibilidade que este grupo étnico viveu, por ter sido considerado extinto e confundido com os Terena durante muito tempo. O artesanato, então, surge estabelecendo um contraponto de auto-afirmação do grupo. Ele se torna mais um elemento de fortalecimento da etnia. Surge então, a necessidade em se atentar para a comercialização deste artesanato renovado, onde afloram resquícios de arte. “Hoje a ‘vontade de diferença’ se revela na fabricação de cerâmica pelas mulheres, dentre outras práticas culturais”⁹¹.

⁹¹ SILVA, G. José da; SOUZA, J. L. Ressurgidos..., *Op. cit.*, p. 87-88.